



## ***Município de Odivelas*** ***Assembleia Municipal***

Acta n.º 06/2005

### **ACTA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2005 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos vinte e dois dias do mês de Julho do ano dois mil e cinco, pelas quinze horas reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em 2ª Sessão Extraordinária, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Susana de Fátima Carvalho Amador e Secretariada por José Manuel Tudela e Alcina dos Prazeres Lourenço Gomes Trindade, respectivamente 1º e 2º Secretários, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

#### **I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

#### **II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**PONTO 1** - Declaração de Ilegalidade e Expurgo da Norma Prevista no n.º 2 do Artigo 12º da Tabela de Taxas e Tarifas do Município de Odivelas para o Ano de 2005-----

**PONTO 2** - Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude-----

**PONTO 3** - Proposta de Afectação dos Lotes n.ºs 9, 10, 11, 12 e 13 do Loteamento Municipal da Arroja a Habitação de Custos Controlados-----

**PONTO 4** - Proposta de Contrato de Gestão e Exploração do Parque Urbano do Silvado-----

#### **III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

**Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições:**-----

**Na bancada do PS**, o Deputado Municipal **José Carolino Santos**, pelo Deputado Municipal **Pedro de Almeida Santos**;-----

**Na bancada da CDU**, a Deputada Municipal **Raquel Rodrigues**, pelo Deputado Municipal **Adventino Pinheiro Amaro** e a Deputada Municipal **Maria de Fátima Amaral**, pelo Deputado Municipal **Raul Prudente**.-----



## **Município de Odivelas** **Assembleia Municipal**

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, registou-se a presença de **32** Membros da Assembleia Municipal.-----  
-----

Registaram-se as ausências dos seguintes Deputados Municipais:-----

- Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**;-----
- Presidente da Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, da bancada do **PS**;-----
- Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, da bancada do **PS**;-----
- **Jorge Mota Ramos, Maria Fernanda Franchi e Francisco Silva**, da bancada do **PS**;-----
- **Rui Nobre Ribeiro** da bancada do **CDS/PP**.-----
- **Raul Prudente da bancada da CDU**.-----

-----  
A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas em Exercício, Carlos Lourenço e **5** dos Vereadores que compõem o executivo camarário, registando-se as ausências do Senhor Presidente da Câmara Municipal Manuel Vargès, e dos Senhores Vereadores Carlos Lérias, António Antunes, Maria Graça Peixoto, Alexandrino Saldanha.-----  
-----

Havendo quorum, a **Senhora Presidente** deu início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**.-----  
-----

Foi colocada à votação a Acta da **1ª Sessão Extraordinária de 2005** da Assembleia Municipal, realizada no dia 22 de Abril.-----  
-----

A Acta supra mencionada foi **Aprovada por Maioria**, com as abstenções dos Deputados Municipais que não estiveram presentes na referida Sessão.-----  
-----

A **Senhora Presidente** deu conhecimento ao plenário de várias informações:-----  
-----

- 1 – Visita à Margem Sul a realizar a 23 de Julho de 2005;-----
- 2 - Encontros com o Saber sobre o tema “**Odivelas: Viagem ao Passado e Reencontro com o Futuro**” - a realizar no dia 13 de Setembro;-----
- 3 – Agradecimento do Alto Comissário das Nações Unidas para os refugiados, Eng.º António Guterres, pelo envio do Voto de Congratulação desta Assembleia Municipal; -----
- 4 – Foram distribuídas aos Senhores Deputados Municipais cópias dos seguintes documentos:-----



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

- Correspondência recebida pela Assembleia Municipal de Odivelas no período de 20.06.2005 a 13.07.2005;-----
- Ofícios enviados pelas bancadas parlamentares do PS, CDU e CDS/PP, sobre os 3º e 4º Encontros com o Saber.-----

Foi distribuído pelo plenário a Moção n.º 1 sobre “**Os Atentados em Londres**”, apresentado pelo Deputado Municipal **Luís Salmonete** da bancada do **PSD**, Moção essa que seguidamente se transcreve:-----

*“No passado dia 7 de Julho, a cidade de Londres foi atingida por um ataque terrorista. Até hoje contabilizam-se 56 mortos.-----*

*As garantias de liberdade individual dadas pelos países democráticos aos seus cidadãos, transformam estes países em alvos fáceis.-----*

*Tendo como principal objectivo a desorganização das sociedades democráticas e como consequência a morte de pessoas inocentes, a Al-Qa’eda levou o terror ao coração de Londres.-----*

*Atacar deliberadamente civis, não pode ter justificação.-----*

*Segundo Kofi Annan “Os atentados em Londres são um ataque contra a humanidade. O mundo está de pé ao lado do povo britânico”.-----*

*A Assembleia Municipal de Odivelas reunida a 22 de Julho de 2005, manifesta o seu repúdio pelo ataque terrorista à cidade de Londres e um voto de pesar às famílias das vítimas dos atentados.”-----*

Após votação, esta **Moção n.º 1** foi admitida à discussão por unanimidade.-----

Pelas **15h10m** foi solicitado pela bancada da **CDU** uma interrupção dos trabalhos.-----

Pelas **15h20m** foram retomados os trabalhos, registando-se a entrada na sala dos seguintes Deputados Municipais:-----

- Presidente da Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes e Raul Prudente**, ambos da bancada da **CDU**.-----



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

No âmbito da **Moção n.º 1**, usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

**Francisco Pereira**, da bancada da **CDU**, que realizou a seguinte intervenção:-----

*“Nós estamos completamente de acordo que a Assembleia Municipal manifeste o seu repúdio pelo ataque terrorista à cidade de Londres e um voto de pesar às famílias das vítimas dos atentados. O que não estamos de acordo é que a propósito disto, deste assunto, se coloque que as garantias de liberdade individual são factores que levam a que haja um aumento do terrorismo, etc., etc. Nós não estamos de acordo que a pretexto das questões de terrorismo, portanto, se reduzam as liberdades que, então no nosso País todos sabemos bem o que custou a conquistar as várias liberdades individuais e nesse sentido, portanto, propomos que o PSD aceite que caia o segundo parágrafo e que no terceiro parágrafo se retire “ocidentais”, porque consideramos que deve ser extensivo a todas as sociedades e não apenas às ocidentais ou às meridionais, extensivo a todas. Se estiverem de acordo com isto, nós votamos favoravelmente a moção. Se não estiverem de acordo com isto, nós apresentaremos uma moção alternativa.”-----*

**Luís Salmonete**, da bancada do **PSD**, que realizou a seguinte intervenção:-----

*“Senhora Presidente estamos de acordo com a alteração, de facto, deste parágrafo que diz «tendo como principal objectivo a desorganização das sociedades ocidentais», podemos modificar para «sociedades democráticas». Aí não vemos nenhum problema. Agora o segundo parágrafo não, isso não retiramos, porque é óbvio. Não tem nada a ver com tirar a liberdade dentro do nosso país e misturar as liberdades, ou a ausência de liberdades que houve antes do 25 de Abril com esta moção. Confesso que parece um bocado despropositado.”-----*

**Eduarda Barros**, da bancada do **PS**, que realizou a seguinte intervenção:-----

*“A posição da bancada do PS é de apoio a esta moção com a qual, evidentemente, estamos de acordo e que evidentemente nos solidarizamos com as vítimas e com as famílias das vítimas dos atentados de Londres. E mais, repudiamos, como um partido com memória democrática e como um partido que esteve sempre na vanguarda ou na liderança, da defesa dos ideais das democracias ocidentais. Quer através da versão da Internacional Socialista, quer na própria história, mais recente da nossa história colectiva em Portugal, e por isso nada queremos com terroristas. Repudiamos. Não há terrorismo bom, nem terrorismo mau e, de facto, o alvo dos terroristas parece ser a destruição das sociedades ocidentais. A tolerância, a*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*nossa garantia dos direitos individuais, é qualquer coisa que os terroristas não gostam e que permanentemente nos fazem lembrar. Por isso, os nossos corações solidarizam-se e entristecem-se com o 11 de Setembro, com o 11 de Março e agora Londres, e quem sabe um dia destes Roma, Lisboa e por aí fora. E de facto, ao nosso modo de vida que tanto sangue, suor e lágrimas nos levou a conquistar. Há duzentos anos que nós, pelo menos há duzentos anos que nós, sob as mais diversas formas, sob as formas do iluminismo, sob múltiplas formas nos batemos. Tanta gente que cai e que luta e nós estamos nessa esteira, somos os seus continuadores. Não vamos deixar, nem branquear, este tipo de forma de violência, que pela primeira vez na história (...) a história sempre teve lutas, mas esta é uma luta que não é “face to face”, esta é uma luta que é dos fortes contra os fracos. De facto, há aqui claramente, uma luta dos fortes contra os fracos e nós, como Partido Socialista, está na nossa raiz, está na nossa matriz e isso não podemos aceitar. Muito obrigado!”-----*

**Francisco Pereira**, da bancada da **CDU**, fez uma nova intervenção referindo o seguinte:-----

*“Nós queremos reafirmar, que não são as garantias de liberdade individual dadas pelos países democráticos aos seus cidadãos, que transformam esses países em alvos fáceis. Quanto muito serão as liberdades de movimentação dadas aos terroristas, portanto, que puderam facilitar, tanto que hajam mais alguns dados. Não é aos seus cidadãos. Por outro lado, e na sequência desta abordagem, é evidente que hoje está claro, se calhar não é para todos, para nós está claro que a política que tem sido seguida de pseudocombate ao terrorismo, não tem combatido o terrorismo. Tem ajudado a aumentar o terrorismo. O que se passou no Afeganistão, o que se passou no Iraque, e por aí fora, diminuiu o terrorismo? Aumentou o terrorismo! E a nós não nos parece que escutar telefonicamente o que fazem os sindicalistas, o que fazem os comunistas, os socialistas, o que fazem outros democratas possa contribuir para diminuir a perigosidade do terrorismo.”-----*

Seguidamente, propôs a **Moção n.º 2** sobre “**Os Atentados em Londres**”, em alternativa à **Moção n.º 1**, a qual se transcreve:-----

*“No passado dia 7 de Julho, a cidade de Londres foi atingida por um ataque terrorista. Até hoje contabilizam-se 56 mortos e centenas de feridos.-----*

*O papel histórico do terrorismo sempre foi contra o progresso da Humanidade.-----*

*A Assembleia Municipal de Odivelas, reunida a 22 de Julho de 2005, manifesta o seu repúdio pelo ataque terrorista à cidade de Londres e um Voto de Pesar às famílias das vítimas dos atentados.”-----*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

Após este período, a **Moção n.º 1** sobre “**Os Atentados em Londres**” foi colocada à votação, tendo sido **Aprovada por Maioria com os votos a favor das bancadas do PS e do PSD, e os votos contra da bancada da CDU.**-----

Seguidamente, a **Moção n.º 2** apresentada pela bancada da **CDU** foi admitida à discussão, tendo usado da palavra os seguintes Deputados Municipais:-----

**João Rego de Carvalho**, da bancada do **PSD**, que realizou a seguinte intervenção:-----

*“A introdução é maior do que aquilo que eu tenho para dizer e corresponde à posição da bancada do PSD. É evidente que nós temos... o PSD tem o cuidado de não apresentar moções por tudo e por nada. Apresentamos moções quando entendemos que a dignidade e a importância do assunto se justifica. Agora não podemos de facto, de maneira nenhuma, e este é um caso flagrante desse em que se fazem moções à pressa, só porque são moções do PSD e as pessoas não gostam das moções do PSD, seja qual for o assunto. Isso sinceramente é tão descarado, que eu não posso deixar de manifestar a minha perplexidade. Ainda por cima em textos que vai buscar um bocado do nosso texto. Não tenho nada contra isso, mas é demasiado declarado que é uma moção feita só para não votar a favor do PSD. E, portanto, nós também vamos votar contra esta Moção da CDU.”*-----

**Alcina Trindade**, da bancada do **PS** que realizou a seguinte intervenção:-----

*“Li atentamente a Moção apresentada pelo PSD e ouvi a da CDU. O que me levou a intervir é que haja dúvidas relativamente aos factos que nós estamos aqui, a apresentar numa moção que é o terrorismo que aconteceu em Londres. Em Londres e em vários pontos do mundo. Quanto a mim, isto é apenas violência gratuita, atinge inocentes, pessoas que nada têm a ver com aqueles que puderam ter responsabilidade nalguns actos que não deviam ser praticados, condenarei sempre o terrorismo venha ele sempre de onde vier. Em Espanha, na Itália, agora Londres, nós também não estamos livres disso. Devemos estar preparados para este tipo de violência que não leva a lado nenhum. Acho que estarmos a dar o benefício da dúvida, a terroristas desta natureza?!? Eles não têm qualquer explicação para este acto de violência. Esta violência não leva a lado nenhum, não atingem quem devem atingir. Esses continuam impunes e, portanto, nós devemos condenar e sem qualquer dúvida este tipo de violência. Para mim será sempre uma violência gratuita porque atinge os mais fracos. Atinge os inocentes. E, portanto, eu não compreendo qual é a dúvida,*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*mas respeito, da CDU, em aprovar uma moção, que quanto a mim, não tem nada que possa afectar alguém. Portanto, é uma moção clara que apenas quer protestar contra a violência, contra o terrorismo e prestar homenagem àqueles que tombaram pela acção dos terroristas deste mundo. Muito obrigada!”-----*

-----

-----

**Armando Ramalho** da bancada do **PS**, que fez a seguinte intervenção:-----

-----

*“A minha intervenção não tem pretensões de esclarecer ninguém. É só a vontade de participar e tentar dar o meu ponto de vista. Eu penso que o que está na diferença entre a Moção do PSD e a diferença entre a Moção da CDU se resume às garantias e a outros pequenos detalhes. A intervenção da Deputada Municipal Alcina Trindade veio lastimar que nesta fase do entendimento humano ainda não se percebe bem o que era o terrorismo e não se condena o terrorismo. Eu gostava aqui de lembrar a todos que a Organização das Nações Unidas até hoje não está de acordo com a definição de terrorismo. Portanto, o que é exigido a nós aqui, pobres representantes da cidade de Odivelas? Tenhamos a clarividência de descortinar à frente da Onu o que é o Terrorismo. Portanto, quem não descobrir o que é o terrorismo é estúpido! Portanto, vamos a ter benevolência para com aqueles que não são tão clarividentes. E o que eu tenho a dizer sobre isto é que não há dois tipos, três tipos, ou quatro tipos de violência. A definição que não se chega a acordo na ONU, é sobre a definição do que são inocentes. Não se chega à definição do que é inocente. Porque se se chegasse à definição do que é fazer mal a inocentes, tinha-se encontrado a sucessão para o que é o terrorismo. Agora vamos lá ver... deixava de ser terrorismo quando se mata militares desarmados? Será legítimo, transportes de tropa serem bombardeados quando não estão armados? Portanto as definições de terrorismo quando são praticadas pelo Estado, como acontece por vezes, como foi o caso do navio Rainbow Warrior (navio da Greenpeace que foi afundado pelos comandos especiais dos serviços secretos franceses) e outros que não se conhecem. Portanto, meus caros Senhores Deputados, eu creio que sobre esta matéria é legítimo que haja perspectivas e visões diferentes sobre o que é o terrorismo. Por mim não tenho soluções para o problema, assim como a ONU, os Governos e os Povos não têm definição para o terrorismo. O que eu vos digo é que vamos ter por muito e bom tempo, a ameaça do terrorismo sobre as nossas cabeças e que eu vou lamentar a minha noção de inocência. E a minha noção de inocência são aqueles que não têm nada a ver com o assunto. Muito obrigado!”-----*

-----

-----

**Adventino Pinheiro Amaro**, da bancada da **CDU**, que realizou a seguinte intervenção:-----

-----

*“Parece que há aqui uma confusão muito grande. Veio aqui alguém dizer que havia dúvidas sobre os moldes do terrorismo, que haveria alguém que tinha dúvidas sobre a condenação do terrorismo. Não ouvi*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*aqui nada. A Moção da CDU não tem rigorosamente nada a ver com isso. Por isso, é assim um bocado esquisito. Este meu amigo que acabou de intervir disse tudo. Há várias espécies de terrorismo, não há só uma. E o que nós não estamos de acordo, quando se diz que as garantias de liberdade individual dadas pelos países democráticos aos seus cidadãos, transformam estes países em alvos fáceis, se calhar estamos a dizer que o regime do Sadam Hussein era um regime bestialmente democrático, com todas as liberdades individuais que foi vítima do terrorismo, que é uma das formas de terrorismo que existe. Foram vítimas, milhares e milhares de pessoas inocentes, que foram mortas por um determinado tipo de terrorismo que é o terrorismo de Estado, mas que, pois, foram os nossos amigos americanos. Agora, que não haja nenhuma dúvida de que a Moção da CDU refere claramente a condenação do terrorismo. Não há dúvidas nenhuma em relação a isso. Agora, não vamos é arranjar aqui até uma abertura - é necessário retirar as liberdades individuais aos cidadãos para que o terrorismo não se manifeste? Porque é isto um bocado o que vai deste sentido. Há vários tipos de terrorismo, é verdade. Agora, não é pelos países democráticos que têm todas as garantias que ele se manifesta. Temos o caso mais que manifesto do Iraque. Vítima do terrorismo de Estado com milhares de pessoas mortas, inocentes, e se vocês acham que era o regime bestial com muitas liberdades democráticas, então estamos de acordo.”-----*

-----

-----

Seguidamente, a **Moção n.º 2** sobre “**Os Atentados em Londres**” foi colocada à votação, tendo sido **Rejeitada por Maioria com os 10 votos contra bancada do PSD e 11 votos da bancada do PS, e 9 votos a favor da bancada da CDU, e 4 votos da bancada do PS.**-----

-----

Foram apresentadas declarações de voto pelas bancadas do **PS** e da **CDU**, as quais respectivamente se transcrevem:-----

-----

#### **Declaração de Voto da bancada do PS**-----

*“De facto, esta Moção vista nua e crua não tem nada que objectasse o nosso voto favorável. Simplesmente, eu acho que esta Moção é uma moção que resulta da apresentação doutra moção.-----  
Eu penso que os Deputados Municipais desta Assembleia Municipal não são nenhuns «tontinhos». Estão aqui a aprovar duas moções que têm um sentido idêntico.-----  
De maneira que não faz o mínimo sentido que a bancada do PS votasse favoravelmente, portanto, nós já tínhamos votado uma Moção, por isso votámos contra. Não fazia o mínimo sentido.”-----*

-----

-----





## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*E para estranhar, agora é o Sr. Manuel Mota, Presidente da Sociedade Recreativa Povoense que diz, que pelos mesmos motivos, a verba de 1.697 contos que deveria ter sido paga em devido tempo e não foi, não puderam levar a bom termo toda uma dinâmica desportiva relacionada com essa colectividade. Como tal não foi pago, nem cumprido, portanto há dificuldades de tesouraria e consequentemente dentro da própria colectividade.*-----

*São estas duas questões sobre as quais nós gostaríamos de ter uma explicação plausível, porque de facto estas colectividades do nosso Concelho fazem um tipo de desporto popular muito útil para as nossas sociedades. Não vivemos só do Benfica, Sporting e do Porto, mas também vivemos e temos que viver muito destas sociedades, logo elas terão que ser devida e efectivamente apoiadas.*-----

-----

**A Senhora Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício**, para prestar os devidos esclarecimentos às questões levantadas pelo Senhor Deputado Municipal acima referido, intervenção essa que seguidamente se transcreve:-----

*“Já que foi suscitada agora nesta intervenção do Senhor Deputado Municipal Liberto Carvalho, uma questão relacionada com o Movimento Associativo do nosso Concelho e para que não restem quaisquer dúvidas, eu gostava de esclarecer já o assunto. Queria dizer ao Senhor Deputado Municipal que muito provavelmente, por desconhecimento pessoal, não sei qual foi a informação que recolheu nem a fonte dessa informação, de qualquer das formas não corresponde à realidade que não tenham estado ao serviço da União Desportiva de Olival Basto quaisquer dos nosso programas de apoio ao associativismo. A decisão de não continuar com algumas actividades por parte da colectividade, nomeadamente como referiu, e isso é verdade, relativamente ao basquetebol feminino, deve-se exclusivamente aos dirigentes e às opções que a colectividade assumiu, porque os programas têm estado em funcionamento. É preciso que as colectividades se candidatem e apresentem as suas propostas e as suas opções de actividade e quando isso é feito, é analisado. São atribuídos de acordo com as regras que, como todo sabem, eu prezo muito em falar nisto, porque se algum Concelho tem regras claras e transparentes é o Concelho de Odivelas. Antes da sua criação neste território, eu fui dirigente associativo e não encontrava essas regras claras e transparentes. E, portanto, elas existem e estão ao serviço de todos, e temos atribuído apoios. Na penúltima Reunião de Câmara foram atribuídos apoios e na próxima semana, já assinei a Ordem do dia da próxima Reunião de Câmara, mais um conjunto de apoios a várias colectividades do Concelho e de diferentes freguesias, estão agendados esses mesmos apoios.*-----

*Mas queria dizer-lhe mais... Queria-lhe dizer que, por iniciativa pessoal visto que tenho este pelouro, resolvi convocar no início desta época desportiva, e sabendo que havia problemas internos na colectividade, tomei a iniciativa de convocar a sua direcção, e no caso concreto do basquetebol de apelar também ao Senhor*





## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*n.º 2 Quando a obra tenha sido ou esteja a ser executada sem licença, as taxas a aplicar às licenças a conceder são iguais ao quántuplo das taxas previstas e aplicáveis por força do Artigo 10.º*

*A determinação do tempo e área correspondente à parte dos trabalhos executado executados competirá à entidade licenciadora ou autorizadora.*

-----  
*Por sua vez o Art. 10.º regula as diversas situações carecidas de licenciamento ou autorização para obras de construção.-----*

*Aquela norma do regulamento da Tabela de Taxas e Tarifas estabelece uma sanção aos particulares que tenham ou estejam a realizar uma obra de construção sem a correspondente licença, que corresponde ao quántuplo do valor normal da realização daquele tipo de obras.-----*

*Sucedem, porém, que a alínea a) do n.º 1 do Artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, estabelece como contra-ordenação a realização de quaisquer operações urbanísticas [Cfr. Alínea j) do Artigo 2.º] sujeitas a prévio licenciamento ou autorização sem o respectivo alvará, excepto nos casos previstos nos artigos 81.º e 113.º, punindo o infractor com uma coima, cujo montante é fixado no n.º 2 do mesmo artigo.-----*

*Acresce, ainda, no domínio do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação que são fixados os casos em que é admissível aplicar taxas urbanísticas, mormente as taxas pela emissão dos alvarás de licença e autorização previstos no presente diploma e que estão sujeitos ao pagamento das taxas a que se refere a alínea b) do artigo 19.º da Lei n.º 42/98, de 6 de Agosto (Lei das Finanças Locais - LFL).-----*

*Remetendo-nos, então, à LFL, a referida alínea b) só permite aos Municípios cobrar taxas pela concessão de licenças de loteamento, licenças de obras de urbanização, de execução de obras particulares, de ocupação da via pública por motivo de obras e de utilização de edifícios, bem como de obras de ocupação ou utilização do solo, subsolo e espaço aéreo do domínio público municipal.-----*

*Sendo estas as leis habilitantes, no que ao caso interessa, para estabelecer e cobrar taxas pela execução de obras, bem de ver é o facto de em nenhuma delas estar previsto que se pague agravadamente determinada quantia pela respectiva execução sem licença ou autorização, com o objectivo de sanar a situação.-----*

*O que sucede quando os serviços do Departamento de Gestão Urbanística deparem com uma obra a ser realizada em tais condições, além da necessária ordem de embargo, deverão instaurar ao infractor um processo de contra-ordenações e nunca sancioná-lo com o pagamento do quántuplo da taxa que ao caso couber.-----*

*O caso da norma regulamentar prevista no n.º 2 do Artigo 12.º da Tabela de Taxas e Tarifas, como se viu, integra, pois, a previsão e a estatuição do n.º 4 do Artigo 2.º da Lei das Finanças Locais:-----*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

4 – São nulas as deliberações de qualquer órgão dos municípios e freguesias que envolvam o exercício de poderes tributários ou determinem o lançamento de taxas ou mais-valias não previstas na lei.-----

*Trata-se de uma ilegalidade abstracta ou absoluta (por não se aplicar a um caso concreto), pois que não existe uma lei que crie a taxa, melhor dizendo, não existe nenhuma lei habilitante que permita criar através do regulamento a taxa agravada por se ter ou se estar a realizar obras de construção ilegalmente, e, por isso, a norma sub judice é cominada com a nulidade.-----*

*Aliás, esta disciplina advém directamente do princípio da reserva absoluta de lei formal do lançamento dos tributos (entre eles, as taxas) que é um corolário do princípio da legalidade da tributação e é directamente decorrente da Constituição, quer formal quer material, que materializa a estrutura do Estado de Direito Democrático.-----*

*Nestes termos, submeto à consideração de V.Ex.a a necessidade de esta matéria ser sujeita à apreciação e discussão do Executivo Camarário, para que delibere o seguinte projecto de proposta:-----*

1. *Declaração da nulidade da norma prevista e estatuída no n.º 2 do Artigo 12.º da Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de 2005, por carência, em absoluto de base legal;-----*
2. *Expurgo da referida norma da Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de 2005;-----*
3. *Submeter a proposta à apreciação e discussão da Assembleia Municipal, para deliberação de aprovação.-----*

O Assessor Jurídico-----

Victor Martins Jorge”-----

Pela **Senhora Presidente** foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas em Exercício para apresentação do Ponto 1.-----

Seguidamente, usou da palavra no âmbito deste ponto o Deputado Municipal **Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, cuja intervenção foi a seguinte:-----

*“Tenho aqui duas questões a colocar respeitante a este ponto. A situação dos serviços e dos nossos juristas... Nós temos dezenas de juristas nesta Câmara Municipal.-----*

*Portanto do DGU passou para o Gabinete da Presidência, passou no crivo dos Senhores Juristas do Senhor Presidente, foi à reunião de Câmara e foi aprovado, e foi à Assembleia Municipal e foi aprovado. Agora, vem novamente à Assembleia Municipal. Descobriu-se que isto não estava bem, mas isso já devia ter sido*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*descoberto antes. É uma situação que nós consideramos desagradável e podia ter sido evitada, se houvesse mais cuidado a analisar a Lei.*-----

*Outra questão, tem a ver com se há alguém na situação de penalização este ano, e se a Câmara tenciona devolver o dinheiro nesse caso.*-----

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício** solicitou a palavra à **Senhora Presidente** para efectuar alguns esclarecimentos em relação à intervenção do Deputado Municipal acima mencionado o qual referiu o seguinte:-----

*“Para tranquilizar o Senhor Deputado Municipal que levantou a questão, gostaria só apenas de dizer que não há ninguém que esteja afectado por esta norma.”*-----

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

#### **PONTO 2 - PROPOSTA DE REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE**-----

Presente para deliberação a Proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, de acordo com o proposto na informação n.º 070/GVGP/2005 de 08.06.2005, e aprovada na 13ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 29 de Junho de 2005, informação essa que seguidamente se transcreve:-----

*Ex.mo Senhor Presidente,*-----

*Na sequência do despacho de V.Ex.as devolvendo a proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Odivelas, serve a presente para, após análise às notas e comentários feitos ao texto apresentado, reenviar a proposta emendada para discussão em reunião da Câmara Municipal de Odivelas.- Gostaria, todavia, de alertar para o facto de o texto apresentado através da Inf. n.º 183/DASJ/DAJ/2005 (numedado de fls. 16 a 22) representar o resultado consensualizado de um processo negocial, cujo início se deu por despacho de V.Ex.a remetendo aos serviços sob a minha responsabilidade uma proposta de constituição do Conselho Municipal de Juventude proveniente da Assembleia Municipal (proposta do deputado do CDS-PP), pelo que a presente versão já não reproduzir esse consenso.*-----

*Refira-se que o mencionado processo negocial envolveu as associações juvenis e estudantis, juventudes partidárias e as Juntas de Freguesia, acrescente-se que, como orientações recebidas para este processo*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*negocial, está o despacho de V.Ex.as, no sentido de ser o Presidente da CMO a presidir ao CMJO, o que foi contemplado.*-----

*Feita esta ressalva, coloca-se à consideração de V.Ex.a, o agendamento desta proposta de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude para deliberação em reunião da Câmara Municipal de Odivelas.*-----

*À consideração superior,*-----

*A Vereadora,*-----

*Graça Peixoto”*-----

Pela **Senhora Presidente** foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício** para apresentação do Ponto 2.-----

A **Senhora Presidente** propôs que o documento fosse presente às Comissões Permanentes da Assembleia Municipal competentes, a fim destas darem o seu parecer.-----

A proposta supra mencionada foi colocada à votação a proposta supramencionada apresentada pela **Senhora Presidente**, tendo a mesma sido **Aprovada por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS e do PSD, e com a abstenção da bancada da CDU.**-----

### **PONTO 3 – PROPOSTA DE AFECTAÇÃO DOS LOTES N.ºS 9, 10, 11, 12 E 13 DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA ARROJA A HABITAÇÃO DE CUSTOS CONTROLADOS** -----

Presente para deliberação, a Proposta de Afectação dos Lotes n.ºs 9, 10, 11, 12 e 13 do Loteamento Municipal da Arroja a Habitação de Custos Controlados, de acordo com o proposto na informação n.º 110/DMH/2005 de 23.06.20045 e aprovada na 13ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 29 de Junho de 2005, informação essa que seguidamente se transcreve:-----

*“Senhora Vereadora,*-----

*Resultante da avaliação que se procedeu na sequência dos trabalhos do concurso público destinado à construção de 64 fogos destinados ao programa municipal de habitação a custos controlados e que futuramente serão adquiridos pelo Município para os afectar ao PER, verificou-se que a malha urbana melhoraria muito se se avançasse já com a edificação de edifícios a custos controlados, ao que acresce a necessária e útil realização das infra-estruturas de todo o espaço envolvente.*-----



## **Município de Odivelas** **Assembleia Municipal**

*Das várias vicissitudes que o processo de construção de habitação destinada ao PER teve, desde que a Comissão Instaladora deliberou, em 26 de Junho de 2001, afectar a este Programa os lotes de terreno 1 a 11, tendo sido deliberado, por fim, desenvolvê-lo em duas fases, a primeira nos lotes 1, 2, 3, 4, 21, 22, e 23, e a segunda fase nos lotes 5, 6, 7 e 8, é de relevar o facto de ter estado sempre subjacente o constrangimento da necessidade de se realojar as famílias que no local habitam em construções abarracadas.*-----

*No entanto, face à carência de habitação para famílias desfavorecidas e à necessidade de desejavelmente o programa municipal equacionar formas de melhor integração dos agregados humanos que naquele local se vão instalar, implementando um mix social potenciador de um melhor planeamento urbano e à necessidade de melhorar a malha urbana edificada, mormente com a realização das infra-estruturas, em especial a rua circular exterior a nascente que melhor serviria o agregado populacional da Arroja.*-----  
*O mérito da proposta apoia-se directamente no conhecimento da realidade que está associada a diversas formas de carência/desfavorecimento e que melhor se ilustram através dos seguintes elementos:*-----

### **CARÊNCIAS HABITACIONAIS REAIS NO CONCELHO DE ODIVELAS**

-----

----- (Censo de 2001) -----

<i>1. Famílias vivendo em barracas e outros alojamentos não clássicos</i>	<i>984</i>
<i>2. Casas com paredes exteriores de madeira ou de outros materiais precários</i>	<i>956</i>
<i>3. Famílias clássicas vivendo em regime de habitação partilhada</i>	<i>4157</i>
<i>4. Famílias clássicas residentes em hotéis e similares e em convivências</i>	<i>30</i>
<i>5. Alojamentos clássicos desprovidos de qualquer equipamento</i>	<i>125</i>
<i>6. Famílias clássicas vivendo em alojamentos clássicos superlotados (1, 2 ou 3 divisões a menos)</i>	<i>9415</i>
<b>TOTAL</b>	<b>15667</b>

*Os indicadores apresentados permitem-nos concluir que um dos grandes problemas existentes, no sector habitacional em Odivelas, é a falta de habitação para uma faixa significativa da população, sem meios financeiros para a adquirir ou arrendar a preços de mercado;*-----

*Apesar do concelho de Odivelas ter crescido significativamente em termos de habitação nova, principalmente nos últimos dez anos, fruto da expansão urbana do concelho e da fixação de novas famílias, o que se tem construído não está, em termos de preço de mercado, ao alcance das famílias de baixos e médios/baixos rendimentos e, em especial dos jovens.*-----



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

O mercado de arrendamento é, ainda hoje, residual e a sua maior dimensão refere-se a fogos construídos antes de 1980, onde residem, na sua maioria, pessoas idosas e de baixos recursos.-----

O parque habitacional do concelho é, na sua maioria, relativamente recente, não havendo fogos antigos devolutos com a necessária expressão que permita à autarquia a definição de uma estratégia de disponibilização de novas habitações, tendo como base a recuperação deste segmento do edificado existente. Os fogos classificados como vagos no Censos de 2001, representavam 10% do total da habitação existente no concelho, sendo que desse total mais de 80% é respeitante a fogos novos, já construídos mas ainda não habitados.-----

Tendo em conta o panorama traçado, considera esta Autarquia ser essencial a obtenção de solos onde seja possível construir casas a preços acessíveis, através da construção a custos controlados, nas modalidades de venda e de arrendamento, dirigidas a diversos extractos populacionais em situação de carência, conduzindo a um “mix” social desejável como forma de combate à exclusão e ao aparecimento de “guettos”. Nestes termos, submete-se à consideração de V.Ex.a a necessidade de o Executivo Municipal apreciar e deliberar sobre o seguinte:-----

#### PROPOSTA-----

1. AFECTAÇÃO DOS LOTES DE TERRENO N.º 9, N.º 10, N.º 11, N.º 12 E N.º 13, DO LOTEAMENTO MUNICIPAL DA ARROJA, À CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS, CONFORME IDENTIFICADOS NA PLANTA ANEXA;-----
2. VENDA, COM O ENCARGO DE REALIZAÇÃO DE TODAS AS OBRAS DE INFRA-ESTRUTURAS, DOS LOTES IDENTIFICADOS NO NÚMERO PRECEDENTE, ATRAVÉS DE CONCURSO PÚBLICO, COM O OBJECTIVO DE NELES SEREM ERIGIDOS EDIFÍCIOS DESTINADOS A HABITAÇÃO A CUSTOS CONTROLADOS;-----
3. DELEGAR NO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL AS COMPETÊNCIAS NECESSÁRIAS PARA O LANÇAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO E APROVAÇÃO DO PROGRAMA DE CONCURSO E DO CADERNO DE ENCARGOS, EM MOLDES SEMELHANTES ÀQUELE LANÇADO PARA A CONSTRUÇÃO DOS 64 FOGOS DESTINADOS AO PER.-----
4. SUBMISSÃO DA PROPOSTA À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.-----

-----Alice Santos Silva

-----Victor Martins Jorge-----

Pela **Senhora Presidente** foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício** para apresentação do Ponto 3.-----



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

-----  
-----  
Pelas **16h10m** registou-se a entrada na sala do Presidente da Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pela bancada do **PS**.-----  
-----

Seguidamente, usaram da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:--  
-----

Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vitor Peixoto**, pela bancada do **PS**, o qual realizou a seguinte intervenção:-----  
-----

*“Senhora Presidente, sobre esta matéria, gostaria de dizer que, o assunto foi a Reunião de Câmara e na altura, os fogos a construir nesta zona, entre aqueles que seriam para realojamento mais os fogos a custos controlados, nunca ultrapassariam um determinado número de fogos. O que acontece é que ao longo do tempo, o número foi evoluindo e foi sendo inflacionado. Hoje, temos naquela área uma construção de fogos muito acima daquilo que seria normal. E desde a primeira hora, quero dizer aqui claramente nesta Assembleia Municipal, que sempre estive contra o facto não de haver habitação a custos controlados, que sou a favor, mas sempre estive contra a construção de fogos em excesso. E aquela área vão existir fogos em excesso.-----*

*Quero dizer que a Junta de Freguesia de Odivelas não foi ouvida, para além daquele número de fogos que inicialmente estavam previstos, e que esta é uma responsabilidade assumida pela Câmara Municipal de Odivelas. Muito Obrigado !”-----*  
-----  
-----

**Francisco Pereira**, pela bancada da **CDU**, que realizou a seguinte intervenção:-----  
-----

*“Nós consideramos importantíssima esta proposta, que a Senhora Vereadora Natália Santos levou à Reunião de Câmara, e que a Câmara deliberou favoravelmente.-----*

*Nós todos sabemos que os primeiros anos de funcionamento da Comissão Instaladora, o Governo, a tutela, entendeu que a Comissão Instaladora tinha competências em todas as áreas, menos para executar o PER, o que atrasou durante três anos a sua execução no nosso Concelho.-----*

*Todos sabemos que depois veio outro Governo, e que por razões financeiras, de restrição orçamental, paralisou novamente, durante quatro anos, em todo o País, o recurso ao crédito bancário para habitação social e para dar persecução aos programas PER. Sabemos também, pese embora, creio que não tem sido possível concretizar essas propostas aprovadas em Câmara, muitos dos lotes de terreno disponíveis e*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*municipais que se tem procurado rentabilizar financeiramente, para fazer face às dificuldades financeiras do Município, pondo esses lotes de terreno em hasta pública, para o comércio livre de habitação.-----  
Nós consideramos estas medidas de captação de lotes para habitação a custos controlados, fundamental num Concelho com as carências que o nosso tem, e também com as dificuldades que mesmo os casais jovens têm em conseguir habitação a preços acessíveis. Daí nós votaremos favoravelmente esta proposta, e consideramos que, o que há no nosso Concelho é carência de possibilidades de construção de habitação a custos controlados. Nesse sentido, pensamos que há que prosseguir ainda mais este trabalho.”-----*

-----  
-----  
O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**, fez uma nova intervenção referindo o seguinte:-----

-----  
-----  
*“Senhora Presidente, eu não ponho em causa a boa intenção relativamente a esta proposta. Acho que ela merece consideração, e perante os tempos que vão passando, obviamente temos que ter estas questões em conta.-----*

*Quero aqui dizer, é que esta é a minha posição. É uma posição política, porque no momento em que todos acusam a Câmara Municipal de Odivelas de construção em excesso, da rota do betão, da selva de pedra, quero aqui dizer claramente que no início desta decisão, onde estavam previstos 112 fogos, salvo o erro, onde aquela zona servia para realojar todas as pessoas que vivem ali em barracas, na zona da Arroja, e portanto, os fogos a mais seriam para custos controlados. Neste momento já está a duplicar o número de fogos que vão ser lá construídos. É isto que eu quero dizer.-----*

*Devo dizer que eu não tenho nada contra o facto de ser construído ali estes fogos a custos controlados, nem está em causa a boa intenção da proponente, que respeito completamente, como respeito a decisão da Câmara. Mas é preciso ter em conta que as pessoas, quando criticam as políticas seguidas pela Câmara, em questões urbanísticas, têm que ver todas as componentes. Não é salvaguardar as propostas de uns Vereadores e atacar as propostas de outros Vereadores.-----*

*O que está aqui em causa é isto, e dizer claramente que acho que aquela área fica muito sobrecarregada com construção. Não tenho ainda provas concludentes, porque não vi o projecto de como aquela zona vai ficar, se vai ficar bem ou mal. Sei que naquela zona também vai ser construída uma Igreja, um Centro de Dia, etc..-----*

*Portanto, nestas questões, temos que as analisar de uma forma integrada, para saber se tudo fica bem ou se tudo fica mal. Mas eu quero que a minha posição aqui é apenas para salvaguardar estas situações, porque muitas vezes fazem-se críticas, na minha opinião, muito precipitadas. Eu não estou a criticar ninguém, estou apenas a salvaguardar uma posição que entendo salvaguardar neste momento, porque na 1ª fase, o que de facto estava previsto era isto. E aquilo que eu sei actualmente, e não por a Câmara me*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

tenha consultado, sei por outras vias, é que duplicou o número de fogos a construir naquela área. Obrigado!”-----

**Luís Salmonete**, pela bancada do **PSD**, que realizou a seguinte intervenção:-----

*“Isto é muito simples... Todos reconhecem que há excesso de construção em Odivelas, uns analisam de uma forma outros doutra. Mas nós temos aqui uma questão prática que podemos resolver de vez para ficarem todos contentes, o PS e o PSD pelo menos... É nós retirarmos essa proposta e depois combinamos votar contra. É muito simples. É tão simples quanto isso...-----*

*Nós não podemos dizer que queremos habitação a custos controlados e depois votamos contra. Não posso dizer que não estou de acordo, e depois a minha bancada dizer que está de acordo, o Partido Socialista está de acordo e outras pessoas não estão, e depois dizer que não sabemos e votamos a favor. Há aqui uma série de questões que têm de ser bem analisadas. Globalmente é isso que eu penso que tem de ser feito.-----*

*Nós reconhecemos que há excesso de construção, e quando aprovamos novas construções e novas urbanizações, temos que ver de que maneira são feitas. Se há ênfase na qualidade, se há atenção à volumetria para não massificar mais aquela zona. Eu estou até de acordo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, temos é que definir de uma vez para sempre, o que queremos, quando dizer que nós nos salvaguardamos com certas declarações de voto, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas também se está a salvaguardar, dizendo de vez em quando que não está de acordo, mas no entanto, depois vota a favor, e todo o PS vota. É isso que nós temos que definir, uma vez por todas.”-----*

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vitor Peixoto**, pela bancada do **PS**, usou novamente da palavra para referir o seguinte:-----

*“Senhor Deputado Luís Salmonete, eu nunca me salvaguardei nem nunca me resguardei na minha posição de Presidente de Junta para qualquer situação. Eu quando voto contra, voto contra, quando abstenho-me, abstenho-me, quando voto a favor, voto a favor, e sempre assumi as minhas responsabilidades e continuo a assumi-las.-----*

*Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte:-----*

*Eu penso que a proposta que o Senhor Deputado aqui fez, não faz o mínimo sentido. Não venha agora, nesta altura do campeonato, porque vêm as eleições, querer saltar fora do comboio, quando antes sempre*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*teve no comboio. Sempre votaram, sempre estiveram na primeira linha da votação, nunca votaram contra, portanto, não é isso que está em causa. O que eu quis vir aqui dizer foi outra questão.-----  
Eu não ponho em causa a decisão da Câmara, agora, quis dizer que a Junta de Freguesia, relativamente à primeira fase, não foi consultada. Não ponho em causa que seja uma boa solução, pode ser uma má solução, porque eu não vi o projecto.-----  
Portanto, não venha agora aqui dizer que vamos considerar, que a proposta tem de sair, porque o PSD também, ao longo do tempo, sempre votou as urbanizações na Câmara, e houve até algumas que eu não estive, como sabe, Por isso é que eu digo que não me salvaguardo aí, porque houve algumas que eu dei parecer desfavorável e o PSD votou a favor, designadamente aquela ao pé da estação de Odivelas. Resta dizer que esta já vinha viabilizada de Loures. Acho que os Senhores fizeram bem, se calhar, mas eu é que tinha de fazer aquilo que fiz, porque considero que naquela zona não se devia construir.-----  
Agora, aquilo que eu estou a dizer, é aquilo que eu sinto. Eu não estou aqui a dizer falsidades, nem a salvaguardar, nem a resguardar rigorosamente nada.-----  
Quando assumo as minhas responsabilidades, assumo-as. Às vezes até posso estar errado, mas aquilo que eu quis vir aqui dizer, foi uma questão diferente daquela que o Senhor Deputado Municipal colocou. Portanto, obviamente que não estarei de acordo com a retirada da proposta. Cada um votará de acordo com a sua consciência.”-----  
-----  
-----*

**Armando Ramalho**, pela bancada do **PS**, que realizou a seguinte intervenção:-----  
-----

*“A única justificação, se é que há necessidade de justificação, é pelos fins em vista do objecto. E como eu estou de partida, como V.Ex.as sabem, queria deixar aqui uma marca nesta questão.-----  
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas veio aqui realmente dizer de sua justiça, acerca da descoordenação que há na decisão política desta Câmara. Mas eu penso que «nesta altura do campeonato», utilizando a sua expressão, também não faz sentido pôr-nos agora de «candeias às avessas». O assunto devia estar a montante e resolvido.-----  
Pelos fins da questão, digo simplesmente o seguinte:-----  
Este campeonato de luta contra a pobreza e de luta contra os carenciados, não está ganha, nem sequer começou em muitos aspectos. E eu aqui nem sequer tenho dúvidas. Pode-se fazer de arma de arremesso de luta política, tudo, até mesmo a habitação social, agora eu penso que, se esta Câmara deixa alguma coisa de positivo, é daquilo que fez pelos carenciados, e esta é uma obra seguramente bem vinda e parabéns a quem a aprovou. Muito Obrigado !”-----  
-----  
-----*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício** solicitou a palavra à **Senhora Presidente** para efectuar alguns esclarecimentos em relação às intervenções dos Deputados Municipais acima mencionados, o qual referiu o seguinte:-----

*“Só queria deixar aqui um esclarecimento. Parece que estamos aqui a incorrer num erro. É que não se trata de alterar nada do número de fogos, relativamente ao que inicialmente estava previsto. A única coisa que foi falada, tem a ver com os fogos PER, e os fogos PER estavam previstos 112, e até estão agora 104.-----*

*O que está em causa é a afectação dos lotes agora e dos restantes, e neste caso concreto para habitação a custos controlados. É só isto.-----*

*Portanto, há os fogos PER que até são menos que aqueles inicialmente estavam previstos, e há a afectação dos outros lotes, neste caso, para construção a custos controlados. É só disto que se trata.-----*

*Penso que este loteamento chegou a vir de Loures, e até tinha mais fogos do que aqueles que estavam previstos, ou que estão previstos e foram aprovados pela Câmara. Já houve um trabalho desta Câmara no sentido da situação ser realmente mais favorável em relação à construção neste território. E penso que havia mais fogos de PER, que foram reduzidos.-----*

*Senhora Presidente, com o devido respeito por todas as posições e por aquilo que os Senhores Deputados Municipais aqui disseram, queria dar este esclarecimento: não há efectivamente mais fogos do que aqueles que inicialmente estavam previstos. Trata-se apenas de uma afectação de fogos em que, no caso de fogos PER, até diminuíram, e de que os outros são afectados para custos controlados. Muito Obrigado!”-----*

Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Maioria, com os 10 votos favoráveis do PSD, 9 votos da CDU e 18 votos do PS, e com abstenção do Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Vítor Peixoto, da bancada do PS.**-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pela bancada da **CDU e pelo Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, Vítor Peixoto**, as quais respectivamente se transcrevem:-----

#### **Declaração de Voto da bancada da CDU**-----

*“Nós votámos favoravelmente a afectação destes cinco lotes municipais, num total de 52 fogos para Habitação de custos controlados, porque consideramos que é importante, também o Município contribuir para que a população que tem menos possibilidades de acesso à habitação, entre eles os jovens casais, tenham por esta via uma oportunidade de adquirir a sua habitação.-----*

*Claro que se estes cinco lotes, 52 fogos, não fossem... Supondo que nós deliberávamos desfavoravelmente a proposta que veio da Câmara, o que é que aconteceria ? Estes 52 fogos, em vez de*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*ficarem a custos controlados iriam para o mercado livre, iam para a especulação imobiliária. Daí que, não me admire as posições que cada um de nós tomou nesta sala.*-----

*Um outro aspecto tem a ver com o seguinte:*-----

*O conjunto do loteamento tem mais fogos do que aquilo que veio de Loures. Antes, naquilo que veio de Loures, havia era mais adstritos ao PER, mas no total nós hoje temos mais fogos do que aquilo que veio de Loures.*-----

*Um outro aspecto que tem a ver com a nossa votação e com a defesa que fazemos desta forma de intervir do Município, tem a ver com o seguinte: todos sabemos que, por dificuldades provocadas pelo Governo PS, no período da Comissão Instaladora, o Município não teve possibilidades de executar o programa PER, todos sabemos que por responsabilidades do Governo PSD/CDS-PP a Câmara de Odivelas não teve possibilidades de executar o PER pelas restrições económico-financeiras que foram colocadas aos Municípios, não foi apenas a Odivelas, foi ao conjunto dos Municípios, mas também nos atingiu bastante.---- Daí, nós considerarmos que quando temos oportunidade de intervir nesta matéria não as devemos desaproveitar, e nesse sentido nós votámos favoravelmente.”*-----

#### **Declaração de Voto do Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas**-----

*“Eu absteve-me nesta votação porque entendi que não tinha o conhecimento necessário desta proposta. Não estava em causa rigorosamente nada daquilo que foi aqui referido na discussão, estava em causa o facto da Junta de Freguesia de Odivelas não ter sido ouvida sobre esta fase de construção, porque obviamente que a Junta de Freguesia de Odivelas está de acordo com a Habitação a Custos Controlados.-- Entendemos até que essa habitação a custos controlados deve ser desenvolvida através de acordos com os promotores imobiliários, na salvaguarda de determinados fogos para habitação a custos controlados. Não está em causa rigorosamente nada disso, está em causa o desconhecimento que a Junta de Freguesia de Odivelas teve sobre esta construção a mais, daquela que nós tínhamos conhecimento.----- Por isso, absteve-me.”*-----

*Pelas 16h15m foi solicitado pela bancada do PSD uma interrupção dos trabalhos.*-----

*Pelas 16h40m foram retomados os trabalhos.*-----



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

---

#### **PONTO 4 – PROPOSTA DE CONTRATO DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DO PARQUE URBANO DO SILVADO**

---

Presente para deliberação, a Proposta de Contrato de Gestão e Exploração do Parque Urbano do Silvado, de acordo com o proposto na informação n.º 1055/DP/2005 de 11.07.2005 e aprovada na 14ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 13 de Julho de 2005 informação essa que seguidamente se transcreve:-----

*“Tendo em consideração que já se encontra feita a recepção provisória parcial do Parque Urbano do Silvado e a necessidade de assegurar desde já a sua gestão e exploração, foi elaborada uma proposta de Contrato de Gestão e Exploração em relação à qual propõe-se o envio a reunião de Câmara para deliberação e eventual aprovação.-----*

*À consideração superior-----*

*A Jurista-----*

*Ana Mira Godinho”-----*

Pela **Senhora Presidente** foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício** para apresentação do Ponto 4.-----

Seguidamente usaram da palavra no âmbito deste ponto os seguintes Membros da Assembleia Municipal:---

**Adventino Pinheiro**, pela bancada da **CDU**, que realizou a seguinte intervenção:-----

*“Nós consideramos que aquele espaço do Parque Urbano do Silvado está agradável, está bem concebido, nas Festas da Cidade tivemos a oportunidade de verificar isso.-----*

*Temos algumas dúvidas sobre a permeabilidade do solo. São dúvidas, não são certezas.-----*

*Agora, o que vai ser necessário é assegurar serviços de qualidade ali, portanto, ter uma atenção muito grande em relação aos feirantes, porque nós sabemos que muitos deles não tratam de facto, o seu espaço como deveriam tratar.-----*

*Depois, e para terminar, também é uma dúvida, não é uma afirmação, não percebemos bem, tendo a Junta de Freguesia as receitas das taxas dos feirantes, a taxa de concessão da cafetaria, o aluguer do Salão, Restaurante e publicidade, porquê ser a Câmara Municipal a pagar a vigilância ? É uma pergunta só que deixo no ar. Muito Obrigado!”-----*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

-----  
Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vitor Peixoto**, pela bancada do **PS**, o qual realizou a seguinte intervenção:-----

-----  
*“Posso dizer que conheço bem estas obras, acompanhei-as a par e passo. A forma como aquele recinto se encontrava, era um recinto que não poderia ser utilizado, nem era próprio para os feirantes nem era próprio para os utentes.*-----

*Felizmente a Câmara Municipal de Odivelas integrou estas obras no programa PROQUAL, requalificando o espaço e devo dizer que muito bem. Quanto às dúvidas aqui colocadas sobre a permeabilidade do terreno, não sei se acabaram por verificar ou não que a escorrência das águas se fazem de uma forma suavemente inclinada, e que todos eles têm sumidouros que depois vão para a Ribeira. Portanto, sobre essa matéria não tenho dúvidas nenhuma que a permeabilidade existe e que todas as águas têm escorrência para a Ribeira.*-----

*Relativamente à questão que colocou em último lugar e foi essa que me fez intervir, é assim: para quem não sabe, uma conservação e manutenção de um espaço como aquele com aquela área, deve custar muito dinheiro e quem é Presidente de Junta, quem é autarca numa Junta de Freguesia, sabe que temos vários espaços a conservar. Temos o piso, temos as zonas verdes, temos o circuito de manutenção. Há aí uma questão que ainda não está definida, que ainda temos que ver se vai ser assim ou não, mas isso na altura da discussão logo se vê, que é o campo relvado que fica junto ao edifício multi-usos. No entanto, tendo a Junta as taxas da realização da Feira, para esse efeito tem serviços administrativos a funcionar, tem que ter funcionários, tem que ter a fiscalização, portanto, e isto acontece todas as Segundas-feiras e isto custa dinheiro. Para além disso, a receita da Feira não ultrapassa actualmente os 10 mil euros. É um valor muito reduzido para a manutenção e conservação de um espaço tão grande, obviamente que não dava. Sendo um espaço requalificado, obviamente que exige antes de mais nada que a vigilância se faça em 24 horas, e a vigilância num espaço daqueles também não pode ser feita por um vigilante, nem por dois. Se calhar terá que ser por três ou por quatro, para garantir a qualidade daquele espaço.*-----

*Eu devo dizer que esta questão foi acertada entre a Câmara e a Junta. Houve obviamente troca de propostas e contra-propostas, chegámos aqui. Não definimos ainda os valores para além do pagamento da vigilância, mas é evidente que este espaço vai exigir que a Junta de Freguesia de Odivelas tenha que fazer um esforço muito grande para manter em boa qualidade aquele espaço que vai conservar e manter, porque ele não é só às Segundas-feiras, ele vai ser em todos os dias.*-----

*E depois para além disso, a questão da Feira que é uma questão que bastante me preocupa, e obviamente que terá que preocupar os responsáveis da Junta que têm a responsabilidade, de acordo com o Protocolo de Delegação de Competências, de gerir a Feira, têm que a gerir com alguma autoridade.*-----



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*Esta Feira fica, sem dúvida nenhuma, a ser a feira que se desenvolve em melhores condições e num recinto com qualidade. Ficará sem dúvida nenhuma a melhor do País e, portanto, tem que ter uma forma de intervenção completamente diferente daquela que tinha. Nunca vai ser a mesma coisa.-----*

*Eu sei que muitas vezes, por vontade de alguns feirantes, a Feira «se virava dos pés para a cabeça e da cabeça para os pés», mas não pode ser. A Feira tem que se desenvolver em segurança, por isso está esquematizada da forma como está, porque antigamente se houvesse um incêndio na Feira do Silvado, provavelmente uma viatura não circulava internamente, já que como sabem as amarrações se verificavam em tudo quanto era sítio, árvores, piso por onde as pessoas passavam, e não havia possibilidade de qualquer viatura circular dentro do horário de funcionamento da Feira. Com estas condições, vai haver possibilidade de viaturas de emergência poderem circular dentro da Feira.-----*

*Portanto, acompanhei isto a par e passo, sei que existem condições para que a Feira possa funcionar em boas condições, se eventualmente existir autoridade e força de vontade, para que cada um não faça aquilo que entenda que deve fazer. Por um lado há permeabilidade, por outro lado temos que garantir que esta qualidade do funcionamento da Feira seja possível, e por outro lado as receitas que a Junta tem não dão de forma nenhuma para conservar e manter o espaço, sem que seja adicionado ao Protocolo de Delegação de Competências toda a área, quer em piso quer em zonas verdes, bem como o pagamento da vigilância. Penso que isto está à vista de toda a gente, porque a Junta tem que ter ali pessoas a trabalhar todos os dias e isto é impossível. Se a Câmara entender, na altura da negociação, que não é possível chegarmos a acordo aqui, então a Câmara assume a responsabilidade da conservação e manutenção. Enquanto Junta, nós limitámo-nos a defender a Junta de Freguesia, é essa a nossa obrigação.”-----*

**Armando Ramalho**, pela bancada do **PS**, que realizou a seguinte intervenção:-----

*“Eu não estou para discutir o contrato, é submetido à Câmara. Penso que merece todo o apoio e vai ser votado por todos nós.-----*

*No seguimento das considerações tidas pelo Senhor Presidente da Junta de Odivelas, permita-me também fazer uma consideração. Eu estranhei muito dar à qualidade da requalificação, o espaço envolvente não foi cuidado, não foi tido em conta e choca-me como é que foi requalificado um espaço, que se pretende que tenha uma utilização para além da Feira de Levante, tenha portanto uma utilização mais intensa por parte do cidadão e de quem nos visita. Agora, eu fiquei um pouco chocado e dei como desculpa a quem me visitou naquela fase, que as obras ainda não estavam concluídas, mas eu temo que os acessos e o estacionamento não tenham sido considerados. Não sei se está alguma coisa prevista, mas queria deixar aqui um alerta aos Serviços e à Câmara, que realmente ao fazer-se uma obra de requalificação tão bem*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*feita, estando prevista uma utilização diversificada, não se tenha cuidado realmente dos aspectos envolventes, que eu digo-lhe que mais parece do 3º Mundo que numa cidade à beira da nossa capital.----- Espero que tenha tomado nota, se não tomou nota, fica registado e é este o meu reparo. Parabéns para a obra, ela merece ter uma requalificação agora em prolongamento, para não ficar ali no enquadramento que é 3º mundista, seguramente 3º mundista.”-----*

O Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas, **Vítor Peixoto**, pela bancada do **PS**, usou novamente da palavra para referir o seguinte:-----

*“Sobre esta matéria, e para que não fique dúvidas, é bom lembrar que o espaço que é municipal é aquele. Portanto, toda a zona que é envolvente é privada, e sendo privada a Câmara, nesta altura, não poderia fazer rigorosamente mais nada a não ser requalificar o espaço que é seu. E, portanto, candidatou aquela obra ao PROQUAL e muito bem, que se não fosse o PROQUAL nós não tínhamos hipótese de requalificar o espaço.-----*

*Agora, é preciso também analisar os antecedentes e fazer história. De facto, na altura que se expropriaram aqueles terrenos para o funcionamento da Feira naquele local, foi pena que naquele momento a Câmara de Loures não tivesse, de facto, tratado do problema em toda a sua plenitude, porque naquela altura sim tínhamos os proprietários que foram expropriados e onde a Feira se foi desenvolver, e tínhamos toda a outra área envolvente, onde realmente poderiam ter sido expropriados para permitir um acesso requalificado à Feira. Desta forma, é evidente que toda a zona envolvente não está requalificada. É um mau cartão de visita, como eu digo, não há dúvida nenhuma. Mas, acho que no futuro temos que considerar que quando fizerem as expropriações de algumas áreas, designadamente pela construção da via que tem de passar ao pé da Feira, designadamente com a requalificação dos espaços que em permuta, com a construção da zona edificada que é parte contínua da Av. D. Dinis, espero que nessa altura então tudo seja considerado e que se requalifique toda a zona, de forma a que o Parque Urbano do Silvado tenha um acesso digno.”-----*

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal em Exercício** solicitou a palavra à **Senhora Presidente** para efectuar alguns esclarecimentos em relação às intervenções dos Deputados Municipais acima mencionados, referindo o seguinte:-----

*“Obviamente que não vou me pronunciar, nem sobre o projecto nem sobre os aspectos de requalificação. O Ponto que aqui está é apenas o Contrato de Gestão e Exploração do Parque e é sobre isso que nós temos que nos pronunciar. O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Odivelas já respondeu em parte a uma dúvida que aqui foi colocada, e realmente o n.º 2 da cláusula 9ª refere que os meios a transferir para a*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

*Junta, no que diz respeito à vigilância, serão acordados com a Câmara. Mas há mais alguma coisa que eu gostaria de acrescentar e que com certeza os Senhores Deputados Municipais repararam, é que também o n.º 2 da cláusula 2ª refere que o edifício multi-usos não é transferido e como tal também poderá ter necessidade de vigilância, em função da actividade que vai ser desenvolvida e daí também a necessidade da Câmara participar, acordar e articular com a Junta essa mesma vigilância do Parque. Portanto, era este dado que eu queria complementar em relação a tudo aquilo que aqui já foi transmitido.”-----*

-----  
Após este período, o documento foi colocado à votação, tendo sido **Aprovado por Unanimidade**.-----

-----  
Após este período, a **Senhora Presidente** deu por concluída a análise dos pontos da Ordem do Dia, dando seguidamente início ao Período de Intervenção do Público.-----

#### -----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----  
Aberto o Período de Intervenção do Público, a **Senhora Presidente** informou todos os presentes que se registava **uma** inscrição.-----

-----  
Usou da palavra o Sr. **Manuel Ribeiro Nogueira**, residente na Rua Alexandre Herculano, Lote 26 – 1º Esquerdo, o qual referiu o seguinte:-----

-----  
*“Boa tarde, Sra. Presidente da Assembleia Municipal de Odivelas; Sr. Presidente, em exercício, da Câmara Municipal; Srs. Vereadores; Srs. Deputados Municipais, e Público presente.-----*

*O assunto que me traz a esta Assembleia Municipal está relacionado com um lote de terreno situado na Rua Eça de Queiroz, Lote 72, no Bairro de São Jorge, adquirido em 1981, depois de ter consultado a Câmara Municipal de Loures, e de ser informado de que este lote era legal. Eu tomei a iniciativa prévia de consultar a CM Loures, porque já tinha uma experiência negativa de um lote em Famões.-----*

*Apresentei, em Outubro de 1986, um requerimento de licenciamento e projecto de construção de moradia, na Câmara Municipal de Loures, que foi aprovado em termos de arquitectura mas, em Junho de 1987, é rejeitado porque o loteamento está a ser alvo de um estudo de reformulação.-----*

*Desloquei-me dezenas de vezes, primeiro a Loures e depois a Odivelas, a fim de ver solucionado este assunto, para além de outras iniciativas, que descrevo em anexo, sempre sem solução.-----*

*Mas, porque respeitei a Lei e não construí ilegalmente, fui prejudicado nos direitos adquiridos ao não poder construir, como inicialmente me foi informado pelos Serviços competentes.-----*

*Como cidadão cumpridor, pago, desde 1982, a Contribuição como Artigo Urbano, sentindo-me, por isso, duplamente castigado.-----*



## **Município de Odivelas**

### **Assembleia Municipal**

Tenho, no entanto, dificuldades em entender algumas atitudes da Câmara Municipal de Odivelas, e que gostaria de ver esclarecidas, até porque me parece que existe alguma dualidade de critérios, ou seja, há construções que são autorizadas e outras a que é negado o direito de construção:-----

- Até Outubro de 2000, o processo ainda estava em Loures, ou não era encontrado na Câmara Municipal de Odivelas;-----
- Em Dezembro de 2000, fui aconselhado a apresentar um Pedido de Informação Prévia - que apresentei em Janeiro de 2001;-----
- Em Janeiro de 2003, sou informado que não posso construir, embora, em Dezembro de 2001, tenha sido autorizada uma construção no Lote 67;-----
- Em 13 de Julho corrente, voltei a receber a mesma informação dos Serviços da Câmara Municipal de Odivelas (DGU), mas no Lote 74 encontra-se licenciada uma construção em fase de construção.-

Estas construções estão do mesmo lado da rua e distam 17 e 68 metros do meu Lote.-----

Por isso, queria também pedir que fosse informado, até porque apresentei o Pedido de Apresentação Prévia e, posteriormente, um pedido de reapreciação do mesmo projecto. Gostaria, igualmente, que me informasse se posso ou não construir, e se a construção vai ser licenciada, como os exemplos em cima identificados. Muito obrigado.”-----

**Após este período a Senhora Presidente deu por encerrado o período de intervenção do público.-----**

Nada mais havendo a tratar, **a Senhora Presidente** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas **dezassete horas e dez minutos**, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1.º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2.º Secretário e pela Senhora Presidente.--

Com base na supra referida Minuta, foi lavrada a presente Acta que, aprovada pela Assembleia Municipal, vai ser assinada pelo 1.º Secretário acima mencionado, pelo 2.º Secretário, Alcina Trindade e pela Senhora Presidente, Susana de Fátima Carvalho Amador.-----

A Senhora Presidente:-----

\_\_\_\_\_  
O 1º Secretário:-----

\_\_\_\_\_  
O 2º Secretário:-----